



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

031. PROVA OBJETIVA

FISCAL DE POSTURAS

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(Bill Watterson. *O melhor de Calvin*. <https://cultura.estadao.com.br>, 20.01.2023)

01. A partir da leitura da tira, é correto afirmar que

- (A) o tigre demonstra que não compreendeu a visão do garoto sobre a contemplação do boneco.
- (B) o garoto e o tigre fazem uma associação da neve à genética, que é própria dos seres vivos.
- (C) o garoto é irônico no último quadro, pois sua resposta não se relaciona com o que diz o tigre.
- (D) a evolução do boneco de neve será alcançada após as intervenções que o garoto deseja fazer.
- (E) o problema ético, a que se refere o tigre, tem a ver com o fato de o boneco não poder falar.

02. O acréscimo de uma vírgula à fala do garoto no último quadro mantém a correção gramatical em:

- (A) Sem falar, no problema de tirarem o seu material genético da calçada com uma pá.
- (B) Sem falar no problema, de tirarem o seu material genético da calçada com uma pá.
- (C) Sem falar no problema de tirarem, o seu material genético da calçada com uma pá.
- (D) Sem falar no problema de tirarem o seu material genético, da calçada com uma pá.
- (E) Sem falar no problema de tirarem o seu material genético da calçada, com uma pá.

03. No trecho – ... essa bola **deve** representar para ele sérias questões teológicas. (2º quadro) –, a palavra em destaque indica

- (A) uma certeza.
- (B) um débito.
- (C) uma desculpa.
- (D) um interesse.
- (E) uma possibilidade.

04. Assinale a alternativa em que a expressão **por que** foi empregada segundo a norma-padrão.

- (A) As crianças brasileiras desconhecem a neve **por que** vivem em um país tropical.
- (B) A neve deve ser retirada com frequência do telhado **por que** pode ficar muito pesada.
- (C) Só **por que** o nosso Natal cai no verão, não podemos ter uma ceia como nos filmes?
- (D) As cidades **por que** passamos tinham decorações de Natal belíssimas em suas praças.
- (E) Não conseguimos entender o **por que** de se trocarem presentes em certas datas.

Leia o texto para responder às questões de números 05 a 08.

Vicente Manoel da Silva (ou Vicente Guató) faz parte de uma comunidade pantaneira que foi expulsa de suas terras e chegou a ser considerada extinta nos anos 1950. Ele acha que tem 82 anos, mas confessa não saber em que ano nasceu: “Só sei que foi no dia 10 de maio”. Um registro tirado quando tinha cerca de 30 anos, seu único documento, traz uma data fictícia de 1946. Datas, contudo, não têm muita importância para os guatós que, segundo ele, preferem se orientar “pelo rumo”.

Embora tímido, ele conta em sua língua natal que todos os dias pega a canoa, sai para pescar e, quando retorna, acende o fogo e frita ou cozinha os peixes, refeição que compartilha com cerca de 30 gatos que são suas únicas companhias. “Também tinha alguns cachorros, mas a onça comeu”, informa, acrescentando que “também caçava, matava e vendia o couro de onças, que valia muito, mas agora não pode mais mexer com elas”. A caça está proibida no Brasil desde 1967, mas a onça-pintada, típica do Pantanal, está na lista de espécies em risco de extinção.

Vicente cita várias palavras em guató e pede aos visitantes que as repitam. “Ele acha que só faz sentido falar a língua se estiver ensinando alguém”, diz o antropólogo e linguista Gustavo Godoy que, junto com a esposa Kristina Balykova, também linguista, esteve com Vicente várias vezes.

Além de Vicente, que se tornou um “consultor” para o casal, outra falante nativa era Eufrásia Ferreira, falecida no ano passado. Há outras pessoas com elevado conhecimento do idioma, como o irmão de Vicente, André, e Dalva Maria de Souza Ferreira, também moradora de Corumbá, casada com um guató não falante e que aprendeu a língua com a sogra e amigos. Ambos, no entanto, não são fluentes.

Seu Vicente prefere se entregar à solidão para ter a liberdade de permanecer na terra que considera sua, onde enterrou a mãe e um tio e onde mantém as tradições dos seus ancestrais. Ele se sente feliz em ajudar a nova geração a se interessar pelo idioma, mas lamenta não ter com quem conversar em sua língua nativa: “Se ainda tivesse alguém vivo... mas todos com quem eu falava já morreram”.

(Cleide Silva. *Um idioma em risco de extinção: conheça o último indígena a falar a língua guató*. www.estadao.com.br, 16.12.2022. Adaptado)

05. A partir de informações presentes no texto, é correto afirmar que

- (A) Vicente não caça onças-pintadas desde 1967, quando a atividade foi proibida.
- (B) o conhecimento de um idioma, para a autora do texto, não é sinônimo de ser fluente.
- (C) o casal de linguistas quer ensinar a língua portuguesa para Vicente Guató.
- (D) Vicente não consegue fazer narrativas em guató, mas conhece algumas palavras.
- (E) as terras de onde Vicente e outros guató foram expulsos foram reconquistadas por ele.

06. No trecho – “Ele acha que só faz sentido falar a língua se estiver ensinando alguém”... (3º parágrafo) –, a palavra **se** exerce a mesma função gramatical da palavra destacada em:

- (A) ... os guató que, segundo ele, preferem **se** orientar “pelo rumo”. (1º parágrafo)
- (B) Além de Vicente, que **se** tornou um “consultor” para o casal... (4º parágrafo)
- (C) Seu Vicente prefere **se** entregar à solidão para ter a liberdade... (5º parágrafo)
- (D) Ele se sente feliz em ajudar a nova geração a **se** interessar pelo idioma... (5º parágrafo)
- (E) “**Se** ainda tivesse alguém vivo... mas todos com quem eu falava já morreram”. (5º parágrafo)

07. O trecho – Vicente cita várias palavras em guató e pede aos visitantes que as repitam. (3º parágrafo) – pode ser assim reescrito sem prejuízo da norma-padrão:

- (A) Vicente cita-as em guató e pede-os que as repitam.
- (B) Vicente cita-as em guató e pede-lhes que as repitam.
- (C) Vicente cita-lhes em guató e pede-lhes que as repitam.
- (D) Vicente cita-lhes em guató e pede-os que as repitam.
- (E) Vicente cita-nas em guató e pede-os que as repitam.

08. No trecho – **Embora** tímido, ele conta em sua língua natal que todos os dias pega a canoa... (2º parágrafo) –, a palavra destacada pode ser substituída sem prejuízo do sentido e da correção gramatical por:

- (A) Como
- (B) Mas
- (C) Mesmo
- (D) Porque
- (E) Entretanto

09. Assinale a alternativa em que a frase está em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- (A) Animais domésticos correm risco de serem comidos por animais selvagens.
- (B) Muitos indígenas hoje não sabem mais a língua que falava seus ancestrais.
- (C) Há povos originários que preferem estar só para não perder suas tradições.
- (D) Ainda hoje, povos nativos precisam entrarem em confronto por terras.
- (E) Muitas poucas pessoas já visitaram uma tribo indígena para aprender sobre elas.

10. Vicente parece estar acostumado ___ solidão, condição em que vive desde ___ morte de seu último familiar, com quem ele podia se dedicar ___ falar em sua língua nativa.

Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, completa as lacunas da frase, segundo a norma-padrão de emprego do acento indicativo de crase.

- (A) a ... a ... a
- (B) a ... a ... à
- (C) a ... à ... à
- (D) à ... a ... a
- (E) à ... a ... à

11. Em um grupo, com determinado número de pessoas, somente $\frac{3}{8}$ havia tomado certa vacina e o respectivo reforço dela. Entre as demais pessoas, $\frac{4}{5}$ havia tomado somente a vacina e as outras 15 pessoas não tinham tomado a vacina. O número de pessoas que havia tomado somente a vacina era
- (A) 120.
(B) 100.
(C) 80.
(D) 60.
(E) 40.

12. Uma pessoa comprou 3 tipos de medicamentos, A, B e C. A tabela apresenta algumas informações sobre o número de caixas compradas de cada medicamento e o respectivo valor unitário.

Medicamento	Nº de caixas	Valor unitário da caixa
A	3	?
B	2	R\$ 57,60
C	1	R\$ 84,00

Sabendo que o valor total dessa compra foi dividido em 3 parcelas iguais de R\$ 98,00 cada uma, o valor de uma caixa do medicamento A era

- (A) R\$ 31,60.
(B) R\$ 32,20.
(C) R\$ 33,50.
(D) R\$ 34,70.
(E) R\$ 35,10.
13. Determinado produto está com 20% de desconto sobre o preço de etiqueta. Se esse produto for pago à vista, terá mais um desconto de 5% sobre o preço já com o desconto de 20%. Se ao comprar esse produto à vista, uma pessoa pagou R\$ 91,20, o preço de etiqueta desse produto era
- (A) R\$ 130,00.
(B) R\$ 125,00.
(C) R\$ 120,00.
(D) R\$ 115,00.
(E) R\$ 110,00.

14. Um agente comunitário de saúde cadastrou, em duas semanas, o total de 42 famílias. Sabendo que a razão do número de famílias cadastradas na primeira semana para o número de famílias cadastradas na segunda semana foi $\frac{3}{4}$, então, o número de famílias cadastradas na primeira semana foi
- (A) 26.
(B) 24.
(C) 22.
(D) 20.
(E) 18.
15. Uma máquina, trabalhando sem interrupções, imprime 200 folhas com o logotipo de uma empresa, em 1 minuto e 20 segundos. Nessas condições, o tempo que essa máquina levará para imprimir 3 500 dessas folhas será de
- (A) 23 minutos e 30 segundos.
(B) 23 minutos e 20 segundos.
(C) 23 minutos e 10 segundos.
(D) 22 minutos e 55 segundos.
(E) 22 minutos e 45 segundos.
16. Com determinada quantia de dinheiro, uma pessoa comprou 5 frascos iguais de vitaminas. Se cada frasco custasse R\$ 3,00 a menos do que custou, seria possível comprar, com a mesma quantidade de dinheiro, 2 frascos a mais. O valor gasto na compra desses 5 frascos foi
- (A) R\$ 45,60.
(B) R\$ 48,20.
(C) R\$ 50,80.
(D) R\$ 52,50.
(E) R\$ 54,30.
17. Uma UBS (Unidade Básica de Saúde) recebeu 12 caixas de vacinas, cada caixa com o mesmo número de frascos. De cinco dessas caixas, foram retirados quatro frascos de cada uma; de outras quatro caixas, foram retirados três frascos de cada uma, e das caixas restantes, nenhum frasco foi retirado. Sabendo-se que, ao todo, restaram 148 frascos nas caixas, o número de frascos que havia em cada caixa de vacina recebida, por essa UBS, era
- (A) 15.
(B) 18.
(C) 20.
(D) 21.
(E) 24.

18. Um agente comunitário de saúde precisou colocar determinado número de fichas cadastrais em pastas, de modo que cada pasta ficasse com o mesmo número de fichas. Ao realizar o serviço, percebeu que era possível colocar em cada pasta 24 fichas, ou 30 fichas, ou 36 fichas, e qualquer que fosse a opção não restaria ficha alguma fora das pastas. Sabendo que, ao todo, havia menos de 400 fichas, e que esse agente utilizou o menor número de pastas possível, então, o número de pastas utilizadas foi

- (A) 15.
- (B) 12.
- (C) 10.
- (D) 9.
- (E) 8.

19. Em um terreno retangular ABCD, com 8 m de largura por 20 m de comprimento, foi construída uma garagem retangular, conforme mostra a figura.

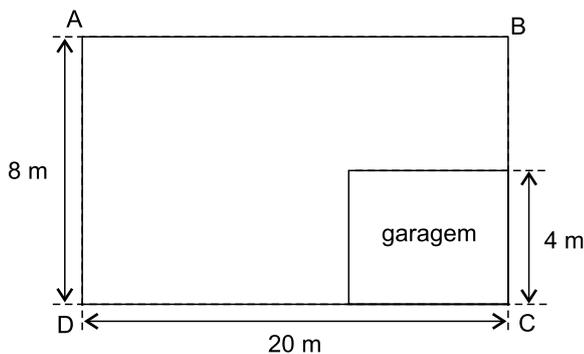
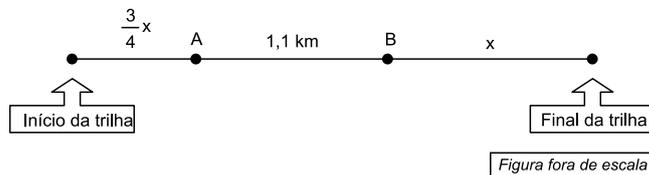


Figura fora de escala

Sabendo que a área da garagem corresponde a 15% da área do terreno, o perímetro da garagem é igual a

- (A) 28 m.
- (B) 26 m.
- (C) 24 m.
- (D) 22 m.
- (E) 20 m.

20. Uma pessoa fez uma trilha, cujo percurso total, do início até o final é de 3,2 km. Durante o percurso, essa pessoa fez duas paradas, uma no ponto A e outra no ponto B. Sabe-se que a distância entre o ponto A e o ponto B é de 1,1 km, e que o percurso do início da trilha até o ponto A corresponde a $\frac{3}{4}$ do percurso do ponto B até o final da trilha, conforme mostra a figura.



A distância do início da trilha até o ponto B é de

- (A) 1,9 km.
- (B) 2,0 km.
- (C) 2,1 km.
- (D) 2,2 km.
- (E) 2,3 km.

R A S C U N H O

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O zoneamento urbano de Pindamonhangaba

- (A) é estabelecido no Código de Posturas do Município, que define usos conformes e não conformes e critérios de convivência de vizinhança.
- (B) foi definido no Plano Diretor Participativo do município, tendo a Classificação de Atividades no Zoneamento Urbano sido objeto de lei complementar específica.
- (C) consta da Lei Orgânica do Município, cujos dispositivos são detalhados e regulamentados por decreto do executivo municipal, o qual define as categorias de uso e os parâmetros urbanísticos de cada zona de uso.
- (D) é objeto de lei específica, chamada Lei de Zoneamento do Município, que contém tanto o mapeamento e definição das Zonas quanto os parâmetros urbanísticos e as categorias de uso a elas aplicáveis.
- (E) limita-se a excluir, na Lei Orgânica do Município, determinados usos incômodos, especialmente o industrial, das zonas central e exclusivamente residencial, e estabelecer a possibilidade de instalação desses usos, mediante medidas de controle, de modo a maximizar a liberdade econômica no município.

22. A modalidade de parcelamento do solo urbano caracterizada pela subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, e que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes, é denominada, de acordo com a legislação federal aplicável,

- (A) desdobro.
- (B) loteamento.
- (C) retalhamento.
- (D) reparcelamento.
- (E) desmembramento.

23. A equipe de fiscalização da Prefeitura de Pindamonhangaba irá atuar sobre um estabelecimento que desenvolve atividade ligada ao manejo de resíduos sólidos, operado por particulares. Dentre outras, são questionadas a regularidade do seu licenciamento (alvará de localização) e a compatibilidade entre a atividade e o zoneamento urbano, devido a reclamações quanto a incomodidade ou nocividade à vizinhança, produção de ruídos e trepidações pela circulação de veículos pesados e interferência no tráfego. O Zoneamento Urbano do município distingue, a esse respeito,

- (A) as atividades de médio e alto risco à saúde e/ou à integridade física da vizinhança, que devem ser segregadas nas zonas de uso predominante ou exclusivamente industrial, sendo exigida análise específica dos riscos e elaboração de programa de controle correspondente.
- (B) níveis de risco à saúde e à integridade física da vizinhança – Muito Alto, Alto, Médio, Baixo – e de incomodidade – incômodo e não-incômodo – e organiza as atividades listadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em uma matriz de riscos e incomodidade.
- (C) grupos de atividades conforme o risco à saúde e à integridade física da vizinhança – 1 – Muito Alto; 2 – Alto; 3 – Médio e 4 – Baixo – e de incomodidade – A – incômodo e B – não-incômodo – e organiza as atividades listadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em uma matriz de riscos e incomodidade.
- (D) grupos de atividades: 1 – compatíveis com o uso residencial e que não sejam perigosas, incômodas ou nocivas à vizinhança; 2 – que possam produzir ruídos, trepidações, exalações de gases, poeiras ou interferência no tráfego, causando alguma incomodidade à vizinhança; e 3 – que possam produzir ruídos, trepidações, exalações de gases, poeiras ou interferência no tráfego, causando incomodidade à vizinhança.
- (E) as atividades de médio e alto risco à saúde e/ou à integridade física da vizinhança, que são proibidas na zona central e nas zonas exclusivamente ou predominantemente residenciais.

24. A legislação de obras de Pindamonhangaba permite ventilação indireta ou forçada em compartimentos destinados a

- (A) lavanderias, sanitários, despensas, adegas, despejos e similares.
- (B) lavanderias, quartos de vestir, despensas, adegas, despejos, rouparias e similares.
- (C) sanitários, quartos de vestir, despensas, adegas, despejos, rouparias e similares.
- (D) dormitórios de empregadas, sanitários, despensas, adegas, despejos e similares.
- (E) dormitórios de empregadas, quartos de vestir, despensas, adegas, despejos e similares.

25. Um cidadão deu entrada em pedido relacionado à fiscalização de posturas em um município brasileiro e deve receber um documento – físico ou eletrônico – com os dados do pedido, do processo a que se refere, a data em que foi dada entrada e outras informações que permitam a ele comprovar que fez esse pedido e localizar o processo. Tal documento é denominado
- (A) pró-memória.
 - (B) memorando.
 - (C) nota fiscal.
 - (D) protocolo.
 - (E) ofício.
26. Considere-se a lista de atividades – serviços e obras em imóveis de propriedade particular – a seguir:
- I. limpeza.
 - II. pintura interna e externa.
 - III. reparos em pisos, paredes, muros.
 - IV. substituição de revestimentos e esquadrias.
 - V. substituição de telhas ou de elementos de suporte de cobertura, sem alteração dos andares ou da área de terreno ocupada pela construção.
 - VI. implantação de laje pré-moldada e de elementos estruturais de concreto armado.
 - VII. demolição parcial de área construída.
- Dependem da emissão de alvará somente as atividades
- (A) V e VI.
 - (B) VI e VII.
 - (C) III, IV, V e VI.
 - (D) III, IV, V, VI e VII.
 - (E) II, III, IV, V, VI e VII.
27. Um estabelecimento comercial desrespeita proibições constantes do Código de Posturas do Município de Pindamonhangaba e desenvolve atividade diferente da requerida na licença de localização. Não foram cumpridas, inclusive, sucessivas determinações, já formalizadas anteriormente pela fiscalização, no exercício do poder de polícia do Município, no sentido da cessação da irregularidade. Esse estabelecimento, segundo o referido diploma legal, poderá
- (A) receber multa progressiva, com acréscimos de 50% a cada nova autuação, de periodicidade mensal, até que seja adequado às exigências legais.
 - (B) receber multa progressiva, dobrando a cada nova autuação, de periodicidade quinzenal, até que seja adequado às exigências legais.
 - (C) ter sua licença cassada, sendo então o estabelecimento imediatamente fechado.
 - (D) ter sua licença cassada liminarmente, devendo o estabelecimento ser fechado quando se esgotarem as instâncias de recurso, após o ato de cassação.
 - (E) será interditado liminarmente, abrindo-se processo de cassação da licença, respeitado o direito ao contraditório.
28. A fiscalização municipal de posturas do município de Pindamonhangaba recebeu denúncia de que uma banca de comércio ambulante regularmente licenciada dispôs suas mercadorias, em um logradouro público da cidade, de modo que dificulta o trânsito de pedestres no passeio público no qual está instalada. Constatada a procedência da denúncia, a fiscalização, nessas condições, deverá
- (A) notificar o ambulante para desobstruir a via, aplicando advertência escrita, com multa, em caso de reincidência, de um salário mínimo.
 - (B) aplicar ao infrator multa de 10% a 50% do salário mínimo regional.
 - (C) apreender a banca e a mercadoria que obstrui o logradouro público, sem aplicação de multa.
 - (D) apreender a banca e a mercadoria que obstrui o logradouro público e aplicar ao infrator multa de 40% a 80% do salário mínimo regional.
 - (E) apreender a banca e a mercadoria que obstrui o logradouro público, aplicar ao infrator multa de 40% a 80% do salário mínimo regional e abrir processo de cassação da licença do ambulante.
29. Um equipamento elétrico produz perturbações na recepção de frequências de rádio, em uma vizinhança da cidade de Pindamonhangaba. Os responsáveis pelo equipamento demonstraram ter feito todos os esforços para lidar com o fenômeno, que diminuiu, porém não sensivelmente, representando ainda perturbação significativa para a recepção de sinais de rádio. Nessas condições, nos termos do Código de Posturas do Município, o equipamento
- (A) será interditado pela fiscalização e seus responsáveis autuados e multados.
 - (B) será apreendido pela fiscalização, sem prejuízo das demais sanções administrativas e da responsabilização civil.
 - (C) não poderá funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18 horas, nos dias úteis.
 - (D) deverá ser removido para local distante de áreas urbanas ou local cujos usos não sofram prejuízo com a interferência.
 - (E) deverá ser enterrado e coberto com laje de concreto tratada de modo a bloquear as emissões que causam a perturbação.
30. Um morador da cidade de Pindamonhangaba, considerado incapaz devido a interdição judicial, infringiu o Código de Posturas do Município, apresentando conduta passível de multa, nos termos daquele diploma legal. A penalização correspondente será aplicada
- (A) ao interdito, mediante anuência do Ministério Público.
 - (B) ao curador ou pessoa que tenha a guarda do interdito.
 - (C) aos parentes mais próximos do interdito, mediante diligência.
 - (D) a pessoas que, pelas circunstâncias, pudessem ter impedido a infração e não o fizeram.
 - (E) aos responsáveis pelo local em que se deu a infração, quando houver.

- 31.** Uma casa de shows situada no município de Pindamonhangaba atrasou o início do espetáculo programado e, em função do atraso, declarou que o programa não seria executado integralmente. O Código de Posturas do Município
- (A) não trata desse tipo de situação, por estar fora do âmbito de atuação da fiscalização municipal de posturas.
 - (B) prevê o estabelecimento de mediação local para solução do conflito, com sanções ao estabelecimento em caso de descumprimento do acordo resultante da mediação.
 - (C) estabelece multa ao empresário responsável, devendo os direitos dos espectadores ser tratados no âmbito do Código de Defesa do Consumidor.
 - (D) estabelece que a devolução do ingresso, prevista no Código de Defesa do Consumidor, seja acrescida em 100%, a título de reparação.
 - (E) determina que seja devolvido aos espectadores o preço integral da entrada.
- 32.** Nos termos do ordenamento legal do município de Pindamonhangaba, a fiscalização de posturas, como parte do sistema de fiscalização, integra
- (A) o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão e deve ter caráter pedagógico, preventivo, educativo e punitivo.
 - (B) o Sistema Único de Segurança Pública, trabalhando em conjunto com a Guarda Municipal e com as polícias Civil e Militar.
 - (C) o Sistema Único de Saúde, cuidando de minimizar os riscos à vida e à saúde da população e ao meio ambiente.
 - (D) a Rede de Monitoramento de Conformidade, que abrange todas as formas de controle da aplicação da legislação municipal.
 - (E) o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), como órgão técnico e executivo municipal da aplicação das políticas e regulamentos de proteção ambiental.
- 33.** Em um município brasileiro, a remuneração ou subsídio de servidores públicos municipais, incluindo-se vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal
- (A) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
 - (C) do Governador do Estado.
 - (D) do Prefeito.
 - (E) dos Secretários Municipais.
- 34.** A Assembleia Legislativa de um estado brasileiro reconheceu situação de calamidade pública em conjunto de municípios atingidos por evento climático extremo. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, nessas condições, dentre outras medidas,
- (A) poderão ser expedidos créditos extraordinários em rubrica orçamentária específica, visando ao atendimento da situação.
 - (B) serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho em caso de não cumprimento das metas fiscais.
 - (C) poderão ser suspensas as cobranças referentes a parcelas da dívida dos municípios renegociada com a União, quando houver.
 - (D) serão suspensas as cobranças de créditos da dívida ativa lançadas pelos municípios contra contribuintes inadimplentes.
 - (E) poderá ser concedido perdão de dívidas dos municípios com a União, a depender da magnitude dos prejuízos verificados.
- 35.** Um loteamento com infraestrutura precária e população de baixa renda, situado em área urbana de um município brasileiro, é formado por lotes de 7 000 m², que originalmente seriam chácaras de recreio, que foram ocupados no ano de 2015 por, no mínimo, 30 famílias por lote, que utilizam-nos desde então, sem interrupção, para fins de moradia própria. Embora a área seja de propriedade particular, não houve oposição dos proprietários dos lotes – cujo paradeiro se desconhece – nem posterior ação de reintegração de posse. Já foi verificado que nenhuma das famílias possui outro imóvel urbano ou rural. O instrumento de regularização fundiária, previsto no Estatuto da Cidade, que é adequado a essa regularização é a
- (A) alteração do perímetro urbano.
 - (B) concessão do direito real de uso.
 - (C) usucapião especial de imóvel urbano.
 - (D) tributação progressiva de imóveis ociosos.
 - (E) concessão de uso especial de imóvel urbano.

- 36.** Organizações – inclusive órgãos públicos – em que haja pessoal contratado pela CLT devem, para lidar com a presença de atividades insalubres e perigosas, evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho; identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde; avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco; classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção; implementar medidas de prevenção; e acompanhar o controle dos riscos ocupacionais. Tais providências devem, nos termos da regulamentação aplicável, constituir
- (A) um Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR.
 - (B) um Plano de Saúde e Segurança do Trabalhador – PSST.
 - (C) uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.
 - (D) uma agenda integrada de segurança do trabalho e meio ambiente.
 - (E) a Declaração de Conformidade em Saúde e Segurança da organização.
- 37.** A conduta de um estabelecimento foi considerada contrária às disposições do Código de Posturas de Pindamonhangaba, tendo-se constatado que um fiscal da Prefeitura, podendo autuar o estabelecimento, deixou de fazê-lo. A conduta do estabelecimento e o fiscal serão considerados, nos termos do referido código,
- (A) contravenção e coautor.
 - (B) contravenção e cúmplice.
 - (C) infração e cúmplice.
 - (D) infração e infrator.
 - (E) crime e cúmplice.
- 38.** Pelo Código de Defesa do Consumidor, as competências para fiscalização da produção, industrialização, distribuição e publicidade de produtos e serviços e para fiscalização do mercado de consumo são
- (A) exclusivas da União.
 - (B) exclusivas dos Estados e Distrito Federal.
 - (C) exclusivas dos Municípios.
 - (D) dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, somente.
 - (E) da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios.
- 39.** Com relação à proteção da vida, do meio ambiente e das condições de trabalho de seus servidores, a Lei Orgânica do Município determina que os órgãos de administração direta e indireta sejam obrigados a
- (A) elaborar Plano de Saúde e Segurança do Servidor Público.
 - (B) implementar uma agenda integrada de segurança do trabalho e meio ambiente.
 - (C) elaborar um Programa Integrado de Saúde e Meio Ambiente no Local de Trabalho.
 - (D) efetuar Declaração de Conformidade em Saúde e Segurança, de caráter vinculante.
 - (E) constituir sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – e, quando assim exigirem suas atividades, Comissão de Controle Ambiental.
- 40.** Segundo a Lei Orgânica do Município de Pindamonhangaba, a cassação de alvarás, licenças e autorização de funcionamento de bares, hotéis, restaurantes, escolas e outros estabelecimentos cujos proprietários, sócios, gerentes, administradores ou prepostos tenham sido condenados por crime de racismo, respeitado o direito de defesa, é de competência
- (A) privativa do Prefeito.
 - (B) da Secretaria de Negócios Jurídicos, cabendo recurso ao Prefeito.
 - (C) da Secretaria de Obras e Planejamento, cabendo recurso ao Prefeito.
 - (D) da fiscalização, cabendo recursos sucessivos às instâncias superiores, até o Prefeito.
 - (E) da chefia da fiscalização, cabendo recursos sucessivos às instâncias superiores, até o Prefeito.

